

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)

Ao Senhor Pregoeiro(o) responsável pelo Pregão Eletrônico nº 90005/2024.

Referências: Edital n.º 45/2024. Processo Nº 00190.101217/2024-21

SERVI-SAN MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO PREDIAL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46028322/0001-40, estabelecida na Av. Honório De Paiva, n.º 680, Sala 01, neste ato representado pelo seu representante Flávio Luiz da Silva Fernandes, brasileiro, cédula de identidade RG nº 1.975.566-SSP/PI, inscrito no CPF/MF sob o nº 033.725.974-78, participou de processo licitatório, organizado pelo **CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Técnico em Secretariado, Secretariado Executivo e Encarregado-Geral, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas dependências da Controladoria-Geral da União (CGU), nos imóveis atualmente ocupados ou naqueles que venham a ser ocupados pelo Órgão, em Brasília-DF, bem como nas Unidades Regionais localizadas nas capitais dos Estados do Amapá, Rio de Janeiro e Roraima, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

No procedimento licitatório do Pregão Eletrônico nº 90005/2024, a empresa Servi-San Manutenção E Conservação Predial Ltda. foi classificada por ter ofertado o melhor lance e foi convocada para envio da proposta e documentação para análise.

Após a análise da documentação, o r. Pregoeiro reabriu o sessão e inabilitou a empresa com base na análise técnica que não aceitou os atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa emitidos em nome da empresa Servi-San Ltda., concluindo em sua decisão que como os atestados de capacidade técnica enviados, referem-se à empresa distinta da participante do processo licitatório, se encontram em desacordo com os itens do Termo de Referência 80/2024 e não podem ser considerados aprovados.

A empresa recorreu da decisão, comprovou sua qualificação técnica e a validade jurídica da utilização dos atestados de capacidade técnica de sua única sócia, sendo aceitas as razões pelo r. Pregoeiro com a reforma da decisão e a habilitação da Servi-San Manutenção E Conservação Predial Ltda.

Ocorre que, a empresa MSKT Tecnologia e Serviços Especiais LTDA. apresentou Recurso requerendo a inabilitação da Recorrida com o argumento de que não foi cumprido com a exigência expressa no edital, não podendo ter sido declarada habilitada para o certame. Motivos pelos quais a licitante Servi-San vem interpor a presente contrarrazão pelas razões de fato e de direito exposto a seguir, além de demonstrar o interesse protelatório da Recorrente.

1. ADMISSIBILIDADE DAS CONTRARRAZÕES

A partir do momento que foi admitido o recurso da empresa MSKT Tecnologia e Serviços Especiais LTDA., a mesma teve o prazo de 3 dias para apresentar suas razões recursais, ficando a recorrida, desde logo, intimada para apresentar as contrarrazões em outros três dias, contados do término do prazo da recorrente, conforme previsto no item 8.7¹ do referido Edital do Pregão Eletrônico SRP Nº 90005/2024.

¹ 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

Assim, o prazo final para apresentação das contrarrazões é o dia **17 de abril de 2025**, conforme podemos observar na data da interposição das razões recursais da empresa MSKT Tecnologia e Serviços Especiais LTDA.

2. DAS QUESTÕES FÁTICAS – DA IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO – DEFESA DA SERVI-SAN

No âmbito do **Pregão Eletrônico SRP nº 90005/2024** foi proferido decisão pelo r. Pregoeiro que recebeu e conheceu o recurso, por tempestivo, e decide pelo seu PROVIMENTO, julgando-o como procedente, uma vez que foi demonstrado que a empresa Servi-San Manutenção e Conservação Predial Ltda., atendeu às exigências dos itens 8.25 a 8.37 do Termo de Referência, comprovando sua qualificação técnico-operacional, com a devida transferência dos atestados de capacidade técnica-operacional, do corpo técnico, da estrutura física e dos recursos financeiros, sendo novamente habilitada no pregão.

Em ato seguinte, a empresa MSKT Tecnologia e Serviços Especiais LTDA. apresentou intenção de recurso e no prazo estabelecido interpôs suas razões recursais alegando que a empresa limitou-se a apresentar unicamente o balanço patrimonial referente ao exercício de 2023, omitindo, de forma injustificável, o balanço patrimonial do exercício de 2022, não podendo ter sido declarada habilitada para o certame, vez que deixou de cumprir exigência expressa do Edital em nítido descumprimento ao comando do art. 69 da Lei 14.133/2021 e dos itens 8.22 do termo de referência.

A tese recursal não merece prosperar. Ao contrário do que sustenta a Recorrente, a Servi-San atendeu integralmente às exigências do edital, seja por meio da documentação apresentada no âmbito do pregão, seja pelo registro prévio e válido no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

Diante desse cenário, a **Servi-San** reafirma a **legitimidade de sua habilitação** e apresenta estas contrarrazões, solicitando que seja **mantida a decisão do Pregoeiro**, garantindo a **lisura, competitividade e regularidade do processo licitatório**.

3. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

3.1. REGULARIDADE NA APRESENTAÇÃO DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS NO SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF.

É certo que o Termo de Referência do Edital n.º 45/2024 do Pregão Eletrônico SRP nº 90005/2024 exige a apresentação do Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, nos termos do item 8.22 que trata da qualificação econômico-financeira da licitante.

A Recorrida não tem a intenção de questionar ou invalidar a regra estabelecida no termo de referência, todavia é inviável e ilegal a sua inabilitação sob argumento de que não foi apresentado o balanço patrimonial do ano de 2022, haja vista que o Edital prevê no item 2.1 a participação das licitantes que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, podendo o balanço patrimonial de 2022 ter sido consultado com uma simples diligência no sistema, vejamos:

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

A sigla SICAF significa Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, e é uma solução do Governo Federal para computar, armazenar e organizar dados e documentações de empresas que desejam participar de licitações no âmbito federal, tendo como objetivo facilitar a fase de habilitação dos potenciais participantes dos processos licitatórios.

Através do sistema é possível que a Administração Pública possa fazer a avaliação dos dados de cada participante sem a necessidade de avaliar cuidadosamente toda documentação apresentada no pregão, pois as informações inseridas no SICAF são suficientes para confirmar todas as qualificação das empresas participantes, em especial os balanços patrimoniais que são inseridos no sistema.

O SICAF será o primeiro meio de pesquisa por parte do pregoeiro e do agente de contratação. Assim, cabendo a solicitação para verificar apenas os documentos não presentes previamente no sistema, de acordo com prazo disposto no Edital, estando disponível no sistema todas as documentações inerente as qualificações da empresa, dentre elas o balanço patrimonial de todos os anos desde a sua constituição.

Um ponto de extrema relevância para deslinde da controvérsia levantada pela Recorrente, diz respeito ao que prevê o próprio Edital n.º 45/2024 no item 6.1, subitem 6.1.1, que determina que após encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro deverá consultar no SICAF se o licitante vencedor atende as condições de participação, vejamos:

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

Nesse contexto, verifica-se que a empresa Servi-San cumpriu integralmente a exigência editalícia, ao disponibilizar seus balanços patrimoniais de 2022 e 2023 no referido sistema, os quais podiam ser prontamente consultados pela pregoeira. A apresentação do balanço de 2023 junto aos autos, ainda que isolada, foi suficiente para o juízo inicial de regularidade, estando o exercício de 2022 acessível e validamente arquivado no sistema oficial, conforme podemos comprovar com “print da tela” de pesquisa:

Consulta Nível VI - Qualificação Econômico-Financeira

Fornecedor

CNPJ: 46.028.322/0001-40 | Razão Social: SERVI-SAN MANUTENCAO E CONSERVACAO PREDIAL LTDA | Nome Fantasia: Não consta na SFB | Situação do Fornecedor: Credenciado

Data de Vencimento do Cadastro: 20/06/2025 | Situação do Nível VI: Cadastrado

Balanços Patrimoniais

+ 2023
- 2022

Tipo de Balanço	Demonstração Contábil	Exercício Financeiro	Validade do Balanço	Ação
<input type="checkbox"/> Balanço Anual	12/2022	01/2022 a 12/2022	06/2024	Ver Imprimir

[Voltar](#) [Relatório](#)

Importa destacar, ainda, que a apresentação de documentação registrada no SICAF não é faculdade do licitante, mas diretriz expressa do edital, que impõe ao pregoeiro a consulta ao sistema. Qualquer conclusão distinta violaria o princípio da autotutela administrativa, bem como o dever de verdade objetiva nos procedimentos licitatórios.

Corroborando com tal entendimento, o subitem 7.1.1 do próprio Edital que rege o Pregão Eletrônico SRP nº 90005/2024 também prevê que a documentação exigida no Termo de Referência para fins de qualificação econômico-financeiro **poderá ser substituída pelo registro**

cadastrol no SICAF, ou seja, os balanços patrimoniais exigidos no termo de referência estão inseridos no sistema e podem ser substituídos:

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

Portanto, levando em consideração que o Edital prevê a utilização do SICAF para participação do pregão e que a documentação relativa a qualificação econômico-financeira está inserida no sistema para análise do pregoeiro, em especial os balanços patrimoniais exigíveis, não ocorreu qualquer descumprimento do Edital por parte desta licitante que por liberalidade apresentou o balanço no pregão mas que todas as informações podem claramente ser verificadas e confirmadas no próprio SICAF da Recorrida.

3.2. PRINCÍPIO DA VANTAJOSIDADE. MELHOR LANCE.

Por fim, importante destacar que a Licitante Servi-San apresentou o melhor lance no valor total mensal de R\$ R\$ 8.165,45 (oito mil cento e sessenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) e anual de R\$ 97.985,40 (noventa e sete mil novecentos e oitenta e cinco reais e quarenta centavos), sendo menor que o lance das demais licitantes que estavam concorrendo no certame.

Assim, na administração pública também há a busca por maior vantagem nas contratações, ou seja, nas licitações o que se leva em conta é a proposta mais vantajosa e está por sua vez é apontada como a oferta incondicionada do valor que o licitante deseja receber da Administração Pública, se com ela vier a contratar a execução do objeto licitado. Embora seja assim, não é só isso. Com efeito, a Administração Pública deseja a proposta mais vantajosa.

A vantajosidade é também um princípio da administração pública, apontando-se no caso da Lei das Licitações que a busca é para firmar contratos mais vantajosos economicamente, além de a Administração Pública contratar com o melhor gasto, ou seja, que se gaste de forma qualitativa. O que se observa é a opção pelo melhor preço, e isso é bem evidente na lei 10.520/02, uma vez que sugere como regra para licitação modalidade Pregão, o menor preço. Encontra-se na doutrina:

A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse geral por meio da execução do contrato. A maior vantagem configura-se pela conjugação de dois aspectos inter-relacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração, o outro se vincula à prestação a cargo do particular. A maior vantagem apresentasse quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obriga a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a administração pública.²

É bem evidente a premissa de que o princípio da vantajosidade tem bastante importância na licitação pública, considerando o Decreto nº 8.250, de 23 de maio de 2014 § 3º. A saber: “Na hipótese prevista no § 2º, comprovada a vantajosidade fica facultado aos órgãos ou entidades participantes de compra nacional a execução da ata de registro de preços vinculada ao programa ou projeto federal”.

A vantajosidade caracteriza-se por proporcionar a adequação e satisfação do interesse da sociedade, por intermédio da execução do contrato. Os pregões possuem essa característica, e por isso o melhor gasto deve proporcionar aos cofres públicos economia e como citado previamente, o

² JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos. 12 ed. São Paulo: Dialética, 2005. p. 65.

critério para que as propostas sejam selecionadas é o menor preço, sendo essencial, por isso, que o gestor público analise com muito cuidado as propostas para que haja a melhor contratação, proporcionando eficiência e qualidade.

Há ainda que observar para comprovar a escolha do menor preço como um dos critérios da licitação, o Art. 11. I, onde se encontra: “serão registrados na ata de registro de preços, os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva; [...]”³ Dessa forma, mais uma vez ratifica-se que é imperativo o menor preço ser critério de classificação.

Portanto, com base no valor da proposta ofertado por esta Recorrida que foi aceita pelo r. Pregoeiro, é necessário a análise dos pontos fundamentados na presente contrarrazão para que seja mantida a habilitada da Recorrida por ter apresentado toda documentação exigida no edital por meio do próprio SICAF e por ter o melhor lance, cumprido com todos os requisitos exigidos no Edital, respeitando o princípio da vantajosidade que norteia o processo licitatório.

4. DO PEDIDO

Ante o exposto, considerando que toda documentação da Recorrida está inserida no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, especificamente os balanços patrimoniais do ano de 2022 e 2023, estando em plena conformidade com o **Edital, a Lei nº 14.133/2021 e os princípios de isonomia, competitividade e vinculação ao edital, REQUER:**

- O **conhecimento e total provimento destas Contrarrazões**, tendo em vista o cumprimento das exigências editalícias com a apresentação de toda documentação exigida, em especial as relativas a qualificação econômico-financeira;
- A **manutenção da decisão que declarou a empresa Servi-San Manutenção E Conservação Predial Ltda. vencedora do Pregão Eletrônico nº 90005/2024**, em razão do cumprimento integral das exigências editalícias, conforme demonstrado ao longo desta peça.

Nestes Termos;
Pede e Espera Deferimento.
Teresina (PI), 16 de Abril de 2025.

SERVI-SAN MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO PREDIAL LTDA.
Flávio Luiz da Silva Fernandes
Diretor Comercial

Tarcísio Ângelo Rocha Tavares
Advogado - OAB/PI N°15.162

³ BRASIL, Decreto nº 8.250, de 23 de maio de 2014. Altera o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.